



Política Operária

Resposta do Partido Operário Revolucionário (POR) à campanha sionista contra o pronunciamento de Lula

O governo de Israel reagiu à declaração do presidente Lula, que denunciou a carnificina na Faixa de Gaza nos termos de comparação com a matança de judeus pelo regime nazista de Hitler. Praticamente, o governo de Binyamin Netanyahu se colocou por uma ruptura diplomática com o Brasil.

As pressões para que Lula se desculpasse diante do governo de Netanyahu e dos judeus foram e estão sendo gigantescas. A crise política que pendia contra Bolsonaro e seus aliados golpistas voltou-se, como em um passe de mágica, contra Lula. A ultradireita assentada nas igrejas evangélicas viu a oportunidade de potencializar sua reação que será testada no dia 25.

A situação internacional incide diretamente na crise política interna ao Brasil. Os Estados Unidos e seus aliados procuram apertar o cerco ao governo de frente ampla, para que se alinhe à ofensiva do imperialismo envolvido na guerra da Ucrânia e no massacre dos palestinos na Faixa de Gaza. Esse é o fundo da reação sionista que não é de agora, mas que ganhou altitude diante da declaração de Lula na Etiópia.

Essa ofensiva dos sionistas contra as posições brasileiras de não alinhamento ao Estado de Israel e aos Estados Unidos ocorre justamente quando Netanyahu ordenou suas Forças Armadas a apertarem o cerco de ferro e fogo em Rafah. Explícitou seu objetivo de anexar a Faixa de Gaza, custe o que custar de vidas civis, que já atingiu trinta mil mortos e setenta mil feridos.

É uma falsificação grosseira quando se diz que a comparação de Lula degrada o Holocausto e fere o sentimento dos judeus. Ao contrário, está mostrando aos judeus que o Estado israelense está arruinando o significado histórico do Holocausto praticando um genocídio. Lutar contra o massacre do povo palestino é elevar o valor do exemplo do Holocausto, que não se deve reproduzir, como no caso concreto da carnificina na Faixa de Gaza.

Lula curvou-se ao caracterizar o Hamas de organização terrorista, ponto de partida defendido por Israel e os Estados Unidos para se justifi-

car a licença de bombardear. O presidente brasileiro não pode ser conseqüente com sua correta avaliação de que o que ocorre na Faixa de Gaza é um genocídio. Não tomou nenhuma ação concreta, como a de romper as relações econômico-comerciais com o Estado de Israel. E não poderá tomar porque depende das forças políticas da burguesia brasileira que é serviçal dos Estados Unidos e que apoiou a criação do Estado sionista.

O Partido Operário Revolucionário (POR), que trabalha por constituir uma oposição revolucionária ao governo Lula, se viu no dever de contrapor-se à ofensiva dos sionistas contra uma declaração de Lula que, em sua essência, condiz com a realidade da carnificina que o Estado de Israel realiza na Faixa de Gaza. De forma alguma, a repulsa da campanha sionista representa um apoio à política geral do governo burguês de Lula. Ao contrário, se coloca no campo da independência política e organizativa dos explorados, sem a qual não é possível combater conseqüentemente o genocídio.

O POR chama a classe operária e os demais trabalhadores a combaterem as falsificações dos sionistas! Chama os sindicatos e organizações populares a organizar atos massivos em todo o país pelo fim do genocídio. Chama as correntes político-partidárias que estão pela defesa do povo palestino a pôr em pé uma frente única anti-imperialista, para enfrentar e derrotar a política de guerra do imperialismo.

Esta reunião de Representantes de Escola (REs) da APEOESP deve aprovar as seguintes bandeiras:

- Rechaço à campanha sionista contra a denúncia de Lula sobre o genocídio na Faixa de Gaza;***
- Israel ataca o Brasil, pisoteando sua diplomacia. Que Lula rompa as relações com o Estado de Israel;***
- Que as centrais, sindicatos e movimentos organizem a luta em defesa do povo palestino, no campo da independência de classe.***

Atribuição de aulas mais caótica dos últimos tempos

Chega da odiosa divisão da categoria imposta pelo governo! Estabilidade a todos os professores, com a efetivação de todos os contratados!

É preciso lutar para que nenhum professor fique sem aula, e nenhum aluno sem professor.

Pela redução da jornada de trabalho, sem redução salarial ou retirada de direitos. Pela divisão das aulas entre todos os docentes aptos, aplicando a escala móvel das horas de trabalho. Máximo de 25 alunos por sala.

Que o processo de atribuição retorne ao formato presencial, com a devida fiscalização por parte do sindicato.

As inúmeras irregularidades na atribuição de aulas constituem um ataque grave ao conjunto da categoria. Os critérios falhos, a ausência de transparência, os diversos erros nas listas e na pontuação dos professores, o autoritarismo e as decisões arbitrárias por parte das DEs (Diretorias de Ensino), entre outros problemas, marcaram o processo **(veja no box abaixo o relato enviado por um professor da Categoria O para o nosso boletim)**.

O governo do ultradireitista Tarcísio ataca o professorado, enquanto propõe retirar verbas da Educação na Alesp. Acaba de divulgar mais um plano mirabolante para supostamente resolver o problema do atraso na alfabetização das crianças, exigindo “amor” dos professores para que possam levar a cabo a tarefa, reconhecendo cinica-

mente que faltam recursos e condições para o desenvolvimento do trabalho docente.

A direção da APEOESP, no entanto, iniciou o ano convocando uma assembleia separada, só de contratados, um erro grave. Depois, passou à defesa de que se o governo e seu Secretário privatista Feder não atendessem às reivindicações da categoria, o ano letivo não iniciaria, ameaçando com uma greve que, na verdade, não estava disposta a concretizar. A experiência acabou comprovando que não passava de uma bravata. Diante do próprio fracasso, a diretoria da APEOESP se viu obrigada a postergar a assembleia para meados de março, tarde demais, dificultando a resistência coletiva.

A Corrente Proletária na Educação defendeu e continua defen-

dendo que é preciso organizar efetivos, estáveis (Cat. F) e contratados (Cat. O), unindo os professores empregados e desempregados, tal como o conjunto dos explorados, na luta em defesa dos empregos, bem como dos salários e direitos. Trata-se de erguer uma poderosa mobilização no campo da independência de classe, com o método da ação direta das massas. Por isso, além de procurar a unidade com outros setores, como os municipais da capital paulista (Sinpeem) no dia 8 de março, é preciso que as centrais sindicais, a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), as entidades estudantis e os movimentos sociais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações, passeatas multitudinárias, bloqueio de avenidas e as ocupações. ■

Relato de um professor da Categoria O

“Humilhante! Essa é a palavra que define a atribuição de aulas no estado de São Paulo este ano. No dia 5 de fevereiro, foi realizada a atribuição de aula das escolas do PEI na Diretoria de Ensino Norte 1, em condições extremamente desrespeitosas com professores e professoras do estado. A atribuição foi realizada em um espaço insuficiente para abrigar os professores durante o processo e baseou-se em uma lista de classificação sobre a qual até agora desconhecemos os critérios. Docentes de variadas áreas de ensino e de diversas faixas etárias aguardaram das 10h30 às 16h o desenrolar de um processo de convocação nominal, sem qualquer transparência e com um tom autoritário da parte da Seduc.

Passei o dia inteiro aguardando ser chamado e ao final do dia saí da atribuição extremamente cansado e sem emprego. A classificação no concurso “de fachada” da Vunesp não me serviu de nada. Dias depois, participei de nova atribuição, dessa vez em condições ainda piores, pelo fato de ter sido realizada em modelo online. Estive na Diretoria para averiguar e solicitar informações e uma funcionária da Seduc me mandou voltar pra casa e aguardar que seria chamado.

O processo ocorreu sem nenhuma transparência e

passei dias esperando ser chamado, com muita preocupação pelo meu emprego e no fim da atribuição não fui convocado. Nesse contexto, passei dias sem conseguir dormir e sem conseguir me alimentar corretamente, tendo crises severas de enxaqueca nervosa e o pior, sem emprego.

Entretanto, essa não é uma questão individual, mas sim coletiva. Trata-se da expressão de um governo reacionário e privatista, contra o qual a direção da APEOESP não se move no sentido de convocar uma greve combativa, com o objetivo de paralisar a atribuição e recomeçar o processo de forma justa e transparente. Além de mim, havia uma quantidade considerável de professores e professoras que também estava na amargura do desemprego e sem salário.

É preciso que a APEOESP convoque urgentemente uma greve para defender a categoria e que saia imediatamente do imobilismo em que se encontra. Emprego se defende com luta, com os métodos próprios de quem trabalha e não com bravatas, que em última instância, colaboram para o sucateamento da Educação e das condições de vida do professorado no estado de São Paulo”.

(O docente preferiu manter sua denúncia anônima)